

**TERRITÓRIO, ESTADO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: NOTAS  
GERAIS SOBRE O PROCESSO DE INTERVENÇÃO E APROPRIAÇÃO DO  
TERRITÓRIO BRASILEIRO (1930-1980)<sup>1</sup>****TERRITORIO, ESTADO Y MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA: NOTAS  
GENERALES SOBRE EL PROCESO DE INTERVENCIÓN Y APROPIACIÓN DEL  
TERRITORIO BRASILEÑO (1930-1980)**Jean Carlos Ribeiro de LIMA<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo tem por objetivo discutir as ações do Estado brasileiro em sua fase desenvolvimentista, a partir da década de 1930 e dos desdobramentos das estratégias de planejamento territorial que ocasionaram a modernização da agricultura no país. Além disso, considera-se importante compreender e analisar o sentido da produção do território brasileiro, destacando as ações estatais que privilegiam a integração nacional. Em consequência objetivamos identificar as ações que impulsionaram a modernização do território e os desdobramentos da questão agrária a partir de modelos organizativos e do planejamento econômico, tendo como recorte temporal o período de 1930 a 1980. Do ponto de vista teórico-metodológico, o artigo prima por construir uma análise interdisciplinar que perpassa ao âmbito do conhecimento geográfico, histórico, sociológico e pelos campos dos estudos político-econômicos, sob a perspectiva de alguns autores.

**Palavras-chave:** Território; Estado; Capital.

**Resumen:** El propósito de este artículo es discutir las acciones del Estado brasileño en su fase de desarrollo, a partir de la década de 1930 y el despliegue de estrategias de planificación territorial que llevaron a la modernización de la agricultura en el país. Además, se considera importante comprender y analizar el sentido de producción del territorio brasileño, destacando las acciones estatales que favorecen la integración nacional. Como resultado, buscamos identificar las acciones que impulsaron la modernización del territorio y el despliegue de la cuestión agraria a partir de los modelos organizacionales y la planificación económica, teniendo como un recorte temporal desde 1930 hasta 1980. Desde un punto de vista teórico y metodológico, el artículo prima por construir un análisis interdisciplinario que cruza el alcance del conocimiento geográfico, histórico, sociológico y por los campos de los estudios político-económicos, desde la perspectiva de algunos autores.

**Palabras clave:** Territorio; Estado; Capital.

## Introdução

A reflexão sobre a produção do território brasileiro requer o estabelecimento de bases teóricas que dão conta do conceito de território e, ao mesmo tempo, sobre as concepções de Estado, modernização e planejamento econômico. O binômio estado-território se apresenta, indiscutivelmente, acoplado aos processos de demarcação e controle do espaço. No Brasil, esse

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do curso de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades, da Universidade Estadual de Goiás (CCSEH/Anápolis). A pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás (CCSEH/Anápolis).

binômio recupera um denso debate sobre a velha questão de que a referência espacial é forjada para o exercício do controle estatal.

Inicialmente, as concepções de território percorrem sentidos atrelados ao campo das ciências naturais. Ratzel citado por Saquet (1990) defende que o território nada mais é do que um espaço natural, biológico, no qual ocorre a reprodução das espécies e a seleção natural. Vê-se que tal conceituação está associada ao campo da Biologia, em que o espaço territorial é visto como campo de atuação da vida na terra, de um ambiente que é próprio a cada espécie, o *habitat*. Nesse sentido, sendo o território uma área que se constitui de recursos naturais (solo, água, terra, etc.) que são apropriados e dominados para a sobrevivência, surge o Estado como imperativo de uma sociedade organizada para manter a posse desse espaço. Assim, “a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado” (RATZEL, 1990, p. 76 citado por SAQUET, 2007, p. 30).

A inferência dos conceitos de Estado e Poder são mais do que evidentes em grande parte das interpretações sobre a concepção de território. Isso mostra a grandeza da influência dessas duas categorias para uma ação estratégica que se propõe nas formas como o espaço se define. De acordo com Raffestin (1983), o território é campo de relações de poder, cujo componente é indispensável em qualquer análise sobre seu conceito. Eis, portanto, que “o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações”; em outras palavras, a concepção desse termo, para Raffestin (1983), está associada às relações de poder instituídas no tecido social. Tais relações suscitam outros significados de território, como espaços que se efetuem no cotidiano do trabalho, do lazer, da moradia, de culto, da arte etc.

Nesse escopo, o território é entendido a partir de diferentes perspectivas, pelas quais ora é visto como espaço de relações de poder determinadas e objetivas, em que a lógica do capital define as formas e intervenções necessárias, conforme os interesses hegemônicos, ora como espaço das contradições sociais, pois revela intencionalidades de dominação e apropriação por parte do Estado (vide modelos e programas governamentais de planejamento territorial-econômico), dos grupos econômicos e dos agentes e sujeitos sociais, tais como os movimentos sociais, ONGs, entidades representativas, Sindicatos, trabalhadores rurais e urbanos, comunidades tradicionais, indígenas, entre outros (MORAES, 2002).

Lefebvre (2016) compreende o território a partir de um processo dialético, englobando diferentes composições na sua formação. Assim, ele não se restringe apenas ao campo das estruturas, do aspecto econômico-político. Para o autor, o território também é constituído de ideologia, disposições sociais e culturais, imagéticas, simbólicas etc. A partir dessa dimensão

territorial, o sentido de sua formulação, por diferentes agentes e sujeitos, torna-se ampla pelas possibilidades de inserção de variantes na sua composição. Santos (2008) afirma que o território é composto por múltiplas variáveis e constituído por um meio “técnico-científico-informacional”, revelando as redes, as técnicas, as instituições, as relações de trabalho e de produção, as ações do Estado, dos grupos economicamente hegemônicos, dos conflitos e etc.

Castilho (2016) acredita que, no processo de formação espacial, o elemento das redes técnicas (ferrovia, rodovia, energia elétrica, entre outras) seja item de maior relevância no contexto da espacialização do capital e dos interesses ideológicos hegemônicos, caracterizando o que o autor denomina de “modernização territorial”. Desse modo, a modernização tem sentido territorial porque abrange todos os lugares e grupos sociais, evidenciando as contradições sociais justapostas no movimento de implantação das redes técnicas, bem como suas estratégias políticas, ideológicas e econômicas. Não se trata tão somente de transformações no espaço agrário e rural, de alterações na agricultura e nas relações de trabalho e produção no campo, o que a literatura especializada denomina de “modernização da agricultura” ou “modernização conservadora”, mas, também, de um conjunto de fatores que aglutina componentes da urbanização, da industrialização, das redes técnicas, da informação, da tecnologia, entre outros.

É importante frisar que as categorias abordadas no artigo, quais sejam, “modernização do território” e “modernização da agricultura”, servem como que conceitos relacionados (no sentido *portmanteau*), vinculados pelos processos que os envolvem, em suas especificidades, mas que também os coloca em íntima conexão. Discutir os processos da modernização do território requer pensar os processos da modernização da agricultura, e o contrário também. Nesse ínterim, podemos conferir sentido conectivo às duas categorias aqui abordadas, uma vez que são fenômenos e práticas que se relacionam constantemente.

Para tanto, os enfoques a serem abordados no artigo abrangem uma reflexão sobre as diferentes concepções de território e persegue os seguintes objetivos: a) compreender e analisar o sentido da produção do território brasileiro, de modo a destacar as ações estatais que privilegiam a integração nacional; b) identificar as ações que impulsionaram a modernização do território e os desdobramentos da questão agrária a partir de modelos organizativos e do planejamento econômico, tendo como recorte temporal o período de 1930 a 1980. Do ponto de vista teórico-metodológico, o artigo prima por construir uma análise interdisciplinar que perpassa o âmbito do conhecimento geográfico, histórico, sociológico e pelos campos dos estudos político-econômicos, sob a perspectiva de alguns autores.

**Território e intervenção estatal: o processo de modernização do espaço territorial-agrário no Brasil (1930-1940)**

O princípio de intervenção no território por diferentes agentes e sujeitos é compreendido como elemento natural do desenvolvimento das sociedades ao longo do processo histórico. Em momentos e períodos distintos da história, as sociedades tiveram que intervir no território para consolidar suas bases políticas, religiosas, econômicas, técnicas, culturais, sociais e ideológicas. Não raro, essa intervenção efetuou-se (efetua-se) mediante conflitos bélicos, discussões no campo político-econômico, cultural e religioso, bem como por meio de imposições de diferentes matizes, levadas a termo por um processo de expansão do poder econômico e político de algumas classes e/ou grupos sociais.

Com efeito, diversos outros sujeitos e grupos sociais foram segregados de seus territórios, gradualmente forçados a migrarem para outras regiões que lhes eram estranhas, uma vez que estavam distantes do lugar em que nasceram e viveram boa parte de suas experiências de vida. Os processos que resultaram nesse contínuo movimento de segregação territorial foram empreendidos por forças hegemônicas diretamente ligadas às estruturas de poder econômico e político, nas quais os principais protagonistas são as elites agrárias e urbanas, as grandes empresas e o próprio Estado. O mecanismo de intervenção desses grupos hegemônicos, no território, diversifica-se conforme os interesses e as pretensões colocadas em pauta, mas que geralmente se efetuam por meio de projetos de colonização, exploração e segregação.

Nesse sentido, o Estado é um dos agentes que intervêm no território de maneira mais clara e objetiva, elaborando programas de colonização e exploração territorial, criando órgãos e instituições específicas para esse fim, bem como induzindo plataformas de implantação de políticas de desenvolvimento territorial justapostas a um modelo de planejamento econômico baseado nas diretrizes do capital.

Para fins de debate, no presente artigo, convém explorarmos, rapidamente, algumas diretrizes da atuação estatal no processo de intervenção no território nacional a fim de compreendermos quais as estratégias e as intenções políticas associadas a diferentes interesses de distintos grupos sociais. No Brasil, ressalta Moraes (2002), foi no período do Estado-Novo (1937-1945), com a chamada “Marcha para o Oeste”, que se verificou, de maneira intensa, uma política de interiorização e integração do território nacional. A política desenvolvimentista de Getúlio Vargas visava, sobretudo, acelerar o processo de modernização da agricultura, o qual envolvia a expansão da fronteira agrícola. Esse discurso foi viabilizado pelas ideologias geográficas do Estado Novo que ressaltavam “[...] a “mitologização” da hinterlândia e a

emergência da temática regional como central na interpretação do Brasil” (MORAES, 2002, p. 122).

Depreende-se, desse discurso, que essa “Marcha” induz a segunda conquista do território brasileiro, realizada por ações expansionistas aguçadas por inserções de técnicas que atendem ao aparato ideológico da modernização, revelando que o território se produz numa tríade que envolve elementos tecnológicos-econômicos-ideológicos. Maciel (2012, p. 29) destaca que “[...] em meados do século XX a hinterlândia brasileira achava-se pouco povoada, integrando-se de modo precário, econômica e culturalmente a comunidade nacional [...]”; porém, o desdobramento da conjuntura, após a Segunda Guerra Mundial, permitiu as condições de desenvolvimento do sistema capitalista vivenciado no Brasil por processos que possibilitaram a passagem de um país agroexportador para um espaço urbano-industrial.

Na década de 1940, o Estado brasileiro intensificou o projeto desenvolvimentista por meio de um governo autoritário e centralizador, tendo como segmentos, no poder, as elites econômicas emergentes e, sobretudo, representantes do setor industrial, grupos políticos tradicionais e grupos urbanos da classe média. O século XX e a década de 1940 assinalaram o desenvolvimento de um “meio técnico-científico” no Brasil, intensificaram a difusão e a densificação do espaço construído, de maneira a potencializar, também, os “processos produtivos e a mobilidade de pessoas, mercadorias e ideias” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 38).

Ainda nessa fase do Estado, cria-se as regulamentações necessárias para o controle do território e das forças de trabalho resultantes de organizações econômicas e empresariais que modificaram as estruturas territoriais, sobretudo, do espaço agrário. Tais modificações atenderam aos ímpetus da industrialização, percorreram diversas conjunturas e governos, alcançando, no período de 1964 a 1985, seu auge.

A modernização do território aduz aos auspícios do capitalismo, por uma intensa operacionalização do planejamento econômico estatal construída por uma base assente na tríade estado-capital-elite conservadora. A modernização brasileira, no período mencionado, se efetiva por uma dinâmica evolutiva, implementada por todos os governos nos períodos pós Vargas (MORAES, 2002). Depois de 1960, o período que se inaugurou ficou conhecido como “era do planejamento econômico”, o qual acarretou mudanças estruturais a partir da esfera política, forjando condições a sua realização.

Nos anos de 1930, quando o Estado assume a política de “substituição de importações”, implicou na organização de uma indústria de base (siderurgia, metalurgia, petroquímica,

material elétrico, entre outros) que pretendia assistir ao aprimoramento da economia nacional mediante a diminuição das importações e valorização da política de exportação.

A respeito do processo de industrialização da agricultura – que corresponde à modernização do/no campo –, percebe-se que houve uma intensificação da infraestrutura de fábricas, indústrias de máquinas e insumos agrícolas (tratores, arados, grades, fertilizantes, medicamentos veterinários, entre outros) como meio de induzir o desenvolvimento capitalista no espaço agrário (SILVA, 1983). De todo modo, é importante ressaltar que a agricultura apresenta elementos particulares em relação à indústria. A produção agrícola depende ainda, mesmo que o processo de industrialização se imponha para diminuir drasticamente seus efeitos, de fatores relacionados à natureza, como clima, vegetação e outros.

Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de “penetração” ou “desenvolvimento do capitalismo no campo”. O importante de se entender é que é dessa maneira que as barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma Natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, tome lá uma irrigação para resolver a falta de água; se é um brejo, lá vai uma draga resolver o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se; e assim por diante (SILVA, 1983, p. 14).

A industrialização da agricultura abarcou um nítido processo de aumento da produtividade agrícola e de suas formas e métodos de emprego de técnicas, cultivo e trabalho. Conforme Guimarães (1982, p. 83), “no presente, é o desenvolvimento industrial que aciona o desenvolvimento agrícola, que dita à agricultura as regras segundo as quais ela poderá progredir, bem como os limites até onde ela poderá expandir-se”.

Um conjunto de fatores relacionados à indústria se fez progredir na agricultura sob a égide do discurso da modernização e do projeto, cujo intento foi de retirar do “atraso” em que, supostamente, se encontrava. Tais fatores podem ser evidenciados no sentido em que se operou a modernização da agricultura via operacionalização das técnicas agrícolas, assim como no aumento da produção (mecanização, insumos, defensivos, entre outros) e diluição dos métodos tradicionais ainda resilientes.

De todo modo, é importante ressaltar que a agricultura apresenta elementos particulares em relação à indústria. A produção agrícola depende ainda, mesmo que o processo de industrialização se imponha para diminuir drasticamente seus efeitos, de fatores relacionados à natureza, como clima, vegetação e outros. Sendo assim, Guimarães (1982, p.83) destaca que,

se os métodos tradicionais são encontrados lado a lado dos métodos modernos, isso quer dizer que a agricultura não se desenvolve uniformemente em toda a parte, que nalgumas regiões a agricultura ainda não se industrializou, que ainda adota estruturas, meios de trabalho, formas de gestão e níveis tecnológicos correspondentes a modos de produção diversos dos dominantes.

Destarte, o capital torna-se dinâmico nas áreas de maior capacidade produtiva, sendo as de menor produtividade relegadas às intencionalidades subjacentes; porém, não renegadas para as ações de exploração. As áreas de menor capacidade produtiva são induzidas pelo capital a produzirem conforme a lógica industrial e de mercado, utilizando, para esse fim, a aplicação de corretivos e insumos agrícolas com o objetivo de inibir desequilíbrios naturais e/ou escassez de nutrientes do solos.

Isso significa que as áreas e regiões que, anteriormente, apresentavam baixos ou nulos índices de produtividade, passam, com a expansão do capital, a ser produtivas. Todavia, ressalta-se que essas áreas são, em grande parte, ocupadas por camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, os quais são expropriados para a implantação da monocultura (soja, milho, cana-de-açúcar e etc.) e de grandes projetos de investimentos (hidrelétricas, barragens, rodovias, ferrovias e outros).

O território usado, visto como um sistema de ações e um sistema de objeto (SANTOS, 1996), foi produzido e planejado pelas instituições, empresas e Estado (normas, leis) como um espaço desigual e contraditório. Decorrente dessa lógica, o local se apresenta estruturado por regiões, sobretudo, por critérios que valorizam a presença e a disposição das densidades técnicas e regulações estatais. Daí, notadamente por vias de estratégia de planejamento, consolida-se a região concentrada do país, polarizada por São Paulo. As disposições técnicas sobre o território constituem, assim, um momento inicial da integração espacial do Brasil, estabelecido pela relação entre o Sudeste e o Sul (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.42-43).

As diretrizes que as forças hegemônicas do capital e do Estado aplicaram ao território brasileiro, principalmente a partir da década de 1930 e 1940, como forma de controlar e expandir seus interesses, determinaram uma lógica de apropriação e dominação dos recursos naturais, humanos e técnicos de diversas regiões para atender às necessidades do mercado externo e de específicos grupos econômicos.

Esse conjunto de fatores de intervenção, no território, com fins objetivos de atender ao capital internacional, gerou contradições sociais e um processo de segregação não apenas do espaço, mas também dos meios de produção, dos mecanismos de reprodução social, dos direitos sociais, políticos e civis, de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades tradicionais,

indígenas, entre outros. Conforme assinalado, o Estado induziu, mediante uma plataforma política, ideológica e econômica, a intervenção no território nacional, com objetivos específicos e diretamente associados à lógica de mercado organizado na dependência econômica do capital internacional.

No próximo item, chamamos a atenção para a transformação do espaço agrário mediante o processo de expansão do capitalismo no campo e sua implicação no processo produtivo agrícola, bem como nas relações de trabalho.

### **Espacialização do capital e as transformações no território por meio da modernização da agricultura.**

Em termos gerais, a espacialização do capital é uma componente do processo de globalização e traduz apenas um dos aspectos globais diretamente associados à interação dos objetivos políticos como referência de uma “unicidade técnica” (Santos, 2008). As diferentes formas de intervenção no território, pelo capital, acarretaram transformações no espaço agrário e modificaram as relações de trabalho. Esse conjunto de modificações empreendidas pelo dinheiro no campo operou-se conforme o que Santos (2008, p. 23) denominou de “internacionalização do mundo capitalista”, na qual um sistema de técnicas se realiza “[...] combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso”. O autor entende por “sistema de técnicas” um conjunto de elementos que se integram numa unidade ou rede (transportes, comunicação, informação, mercado, etc.).

A informação é o componente que realizou a universalidade da técnica porque possibilitou a atomização das bases de integração do capital e da cognoscibilidade do planeta. Sempre na história do homem e das sociedades, fez-se dispor de técnicas para construção das bases e estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. É por isso que “na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença” (SANTOS, 2008, p. 24-28).

Nesse ínterim, destaca-se, especificamente, que a modernização da agricultura, desde os anos de 1960/70, é resultante do intenso processo de produção do capital no espaço rural brasileiro. Conforme Silva (1983, p. 28):

[...] O Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando ‘o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim



numa outra etapa””. Para assegurar esse processo de industrialização do espaço agrário foram implementados projetos que visavam um alto investimento científico e tecnológico em sementes e insumos, a fim de promover o aumento da produtividade e rentabilidade das atividades agropecuárias, várias pesquisas nesse período foram desenvolvidas pela Embrapa.

De acordo com o que pontua o autor, a modernização da agricultura marcou a transformação da base territorial técnica da produção agropecuária no pós-guerra, promovendo, desse modo, intensas modificações na produção do campo e das relações capital-trabalho. Diante dessas mudanças, a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) promoveu uma reorganização socioeconômica e espacial no meio rural, bem como na produção agropecuária brasileira em um processo acelerado de integração de capitais. Delgado (1985) ressalta que a consolidação desses CAIs se deu a partir da centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, sobretudo, do Estado. Para o autor,

[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. (DELGADO, 1985, p. 35).

Ainda é possível inferir que a terceira etapa dessa modernização, segundo Elias (2003, p. 321), deu-se com a

[...] fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs.

No conjunto das transformações encetadas pelo capital no campo e na agricultura, tendo como fundamento as modificações no processo produtivo e nas relações de trabalho, se desenvolveu uma ação estratégica do Estado lastreada em uma política de intervenção direta ou mesmo indireta na questão agrária. Então, desde esse processo de intervenção estatal no contexto agrário brasileiro, o Estado deliberou ações determinadas e pontuais no bojo da

modernização agrícola via políticas de incentivo à industrialização, financiamento e crédito aos projetos de grandes aplicações de capital no que tange à agricultura.

Fato é que a questão agrária brasileira requer, como bem aduzem Garcia e Palmeira (2001), um entendimento das estratégias políticas, econômicas e ideológicas do capital monopolista e do Estado, numa lógica assente aos interesses de grupos elitistas ligados ao grande capital agrário. Importa acrescentar que as elites agrárias proferem uma retórica de classe assentada no agronegócio, em que se pretende coadunar os interesses particulares a uma ação estatal que vise ao suposto desenvolvimento do campo mediante o atraso em que se encontra. Desse modo,

[...] as elites agrárias do agronegócio, engendraram uma retórica de classe cujo efeito é, no limite, a dissolução de quaisquer contradições no seio das representações atinentes ao agronegócio. Assim, tal estratégia consiste em deslocar as ideias a fim de que a história não se apresente pelo que reserva de conflituosa, mas naquilo que supostamente conserva de harmoniosa, linear e coerente. [...] Tais princípios se imiscuem e corroboram para a construção de uma ideologia em torno do agronegócio. Este se impõe enquanto via único exclusivo modelo de prática agrícola a ser perseguido, pois que manifestação da modernidade (XAVIER, 2015, p. 15).

Depreende-se que os interesses do agronegócio, como projeto político das elites agrárias, são, também, empenhados aos objetivos do Estado em desferir um movimento de expansão do capital nas áreas rurais, supostamente, “atrasadas”. Destarte, o elemento de expansão do capital no campo, como estratégia estatal, promoveu uma intensificação das políticas públicas que determinaram as premissas da modernização e industrialização nesse espaço.

Mecanismos jurídicos como o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), Estatuto da Terra (1964) e programas governamentais de desenvolvimento de uma política agrícola foram atinentes a uma discussão insólita sobre um projeto de reforma agrária no período da Ditadura Civil Militar (1964-1985). Logo, esses mecanismos almejavam consolidar o que Pessoa (1997) denomina de “empresarialização da agricultura”. A empresarialização corresponde às propostas referentes ao aprimoramento técnico-econômico da “grande empresa rural”, em consonância com o planejamento e o desenvolvimento do espaço rural-agrícola, no bojo da expansão do capital agrário.

Ao lançar mão de uma ideologia dita “moderna”, porém conservadora, o Estado submeteu as discussões e os debates atinentes à reforma agrária, no período que corresponde à década de 1980, ao plano quase que exclusivo e restrito da elevação da produtividade agrícola,

desconsiderando elementos de uma incipiente tradição camponesa da produção e trabalho no campo brasileiro. Nesse sentido, o Estado não estava preocupado em possibilitar o acesso democrático e concreto à terra a trabalhadores rurais e camponeses sem-terra, mas sim despontar em uma estratégia de desenvolvimento da agricultura, aos moldes de uma política neoliberal (MEDEIROS, 1981).

Os projetos de investimentos, manifestados no período de 1970/1980, apresentam-se como indicadores de uma política de integração nacional, por meio da supressão de uma questão regional. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) instituíram essa premissa de supressão regional e, diretamente, as ações contidas em tais planos acarretaram na “destruição das fronteiras no interior das quais se reproduziam, encastelados, núcleos de poder local/regional” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 27). Diante das implementações dos GPIs, o território brasileiro passa a atender a lógica de empreendimentos que priorizavam os capitais externos, bem como decisões exógenas ao poder local. Pode-se citar as construções das hidrelétricas que impulsionaram vários conflitos de terra por meio da organização de movimentos dos atingidos por barragens.

No tocante à agricultura, os moldes dessa modernização conservadora agravaram a questão agrária do país. Sobre essa última, Ianni (2004, p. 100) afere que a “estrutura agrária brasileira está sendo alcançada por modificações decorrentes da dinâmica dos núcleos capitalistas localizados no país e no exterior. Ela recebe estímulos mais ou menos rigorosos que provocam transformações de profundidade diversa em seu interior”.

Para Xavier (2013, p. 69), atualmente ocorre uma geopolítica dos territórios e das atividades econômicas, concentrando suas ações nos países do hemisfério sul, essas “estão ligadas tanto ao capital dito produtivo quanto ao capital financeiro”. Além disso, o autor acrescenta que “no caso brasileiro ele pode ser apreendido por meio do deslindamento do chamado agronegócio, cujas atividades têm ocupado vastas extensões do território, promovendo violência sobre os povos”.

A produção de um espaço agrário desigual e contraditório, no caso brasileiro, é inerente aos ditames da reprodução do capital; logo, as ações estatais, contraditoriamente, impulsionam os novos sentidos da luta pela terra que significa, também, luta pelo capital.

Para Medeiros (1981, p. 32),

o projeto de acesso à terra tanto pode ser incorporado por determinadas frações da burguesia, na luta pela expansão de sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, como também pode ser pelo proletariado, num movimento de conteúdo claramente revolucionário. É esse processo de luta política e ideológica que define o caráter da reforma agrária, o tipo de interesses que ela

contempla, sua possibilidade de transformar a luta pela terra em luta contra o capital.

A autora entende que a questão agrária é fruto das contradições geradas no campo pelo desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, defende que a luta camponesa é uma luta política que perpassa por uma perspectiva de questionamento do sistema econômico, político e social, mais especificamente, no tocante à Reforma Agrária e à propriedade fundiária. Conforme registra Freitas (2015), esse processo de modernização agrícola fez acelerar a apropriação do espaço agrário mediante o aprimoramento das técnicas de produção, bem como realiza um movimento de “proletarização” do trabalhador do campo, submetendo-o ao capital.

Salientamos, contudo, que a modernização agrícola abarca não apenas os aspectos da agricultura e sua especialização técnica. Além desses fatores, a modernização é territorial porque os processos de produção e trabalho agrícolas se efetuam em um dado território. É evidente também que a agricultura, não desconsiderando a pecuária, é influenciada pela industrialização/urbanização, pelas redes técnicas, informação, tecnologia etc. Por essa razão, a formação do território e a questão agrária são discussões indissociáveis, pois não se entende uma sem compreender a outra.

### **Considerações finais**

A valorização da integração do território brasileiro, coadunada com a proposta da modernização da agricultura, em que o Estado tem, nesse contexto, papel mais do que central, revelou, especialmente a partir das décadas de 1970/80, as contradições do avanço do capitalismo no campo. Tais contradições são evidenciadas pelo significativo crescimento dos movimentos sociais camponeses organizados (MST, MLST, MAB, Via Campesina, entre outros) sob uma estratégia de reivindicação do acesso à terra. Nesses termos, os conflitos fundiários, juntamente com os de ordens sociais, encontram-se por todas as regiões promovendo uma indagação da questão territorial e agrária no país.

Diante dos pressupostos apresentados no artigo, aponta-se que a problemática do modelo exportador brasileiro aprofundou os conflitos territoriais e agrários; logo, prima-se por uma profunda modificação da estrutura agrária brasileira para buscar, sobretudo, uma política de redistribuição de terras e dos meios de produção entre pequenos e médios agricultores.

Silva (1983) assegura que o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira acentua marcas contraditórias ao produzir, simultaneamente, riqueza e pobreza; ao conjugar uma grande capacidade de se modernizar com a manutenção de agudas desigualdades ao nível tecnológico entre regiões e produtos; ao exhibir modernas relações de trabalho acopladas à extensão ilegal da jornada de trabalho em todas as regiões do país.

Porquanto, o território como conceito e determinação é um elemento de nossa formação que não pode escapar à observância dos movimentos de expansão dos projetos de colonização e exploração dirigidos, das estratégias e ações do capital frente à agricultura, assim como na interferência de movimentos de contestação face à lógica de exploração capitalista no campo brasileiro. A questão agrária possui tão somente um conteúdo carregado de historicidade e incorpora uma materialidade que é imprescindível na análise do território. Desde o período colonial, até os dias atuais, a forma com que o território se define e se especializa tem por grande e notável influência a questão agrária.

Desse modo, estudar o território no âmbito da questão agrária e vice-versa é, de tal modo, relevante para compreendermos, de fato, a sociedade contemporânea. Considerar que o território é muito mais que um conceito e, sim, uma determinação histórica, social, política e econômica é levar em consideração sua especificidade e transformações ao longo do tempo e do espaço. Assim, entendemos que um dos dispositivos essenciais de desenho do território brasileiro é, sem sombra de dúvidas, a questão agrária e suas correlatas implicações.

Conforme a discussão proposta no artigo, pode-se afirmar que a modernização da agricultura é também modernização territorial, uma vez que modifica as relações entre capital-trabalho. Além desses fatores, a modernização é territorial porque os processos de produção e trabalho agrícolas se efetuam em um dado território. É evidente também que a agricultura, não desconsiderando a pecuária, é influenciada pela industrialização/urbanização, pelas redes técnicas, informação, tecnologia etc. Por essa razão, a formação do território e a questão agrária são discussões indissociáveis, pois não se entende uma sem compreender a outra.

## Referências

CASTILHO, Denis. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

\_\_\_\_\_. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra:** um estudo da reflexão agrária. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.43, p.157- 172, set. /dez.2001.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura.** São Paulo: EDUSP, 2003.

FREITAS, Revalino Antônio de. A Modernização da Agricultura e o Trabalho nos Canaviais em Goiás. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel; XAVIER, Glauber Lopes; LUZ, Janes Socorro da (Orgs.). **Cerrado:** projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território. Anápolis: Editora UEG, 2015. p. 45-73.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação Agrária. In: SACHS, Ignacy; WILHEM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio (Orgs.). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 40-77.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: brasiliense, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política:** o direito à cidade II. Trad: Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2ª. ed. rev., ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e Território na Hinterlândia Brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELO, Marcelo de. **Territórios, cidades e cultura no cerrado.** Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012. p. 29-59

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Movimento Camponês e Reforma Agrária.** In: Revista de Cultura e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31-39.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Estados e Territórios numa perspectiva Histórica. In: **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucietec, Annablume, 2002, p. 61-76.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa:** cotidiano e história em assentamentos de Goiás. São Paulo: UNICAMP, 1997.

RAFFESTIN, Claude. Potere e Territorialità. In: RAFFESTIN, Claude. (org.). **Geografia política:** teorie per un progetto sociale. Milano: Inicopli, 1983, p. 63-70.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo.** 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 55-104.

SILVA, José Graziano da. **O Que é Questão Agrária**. 6ª. ed. São Paulo: brasiliense, 1983.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

XAVIER, Glauber Lopes. **Violência e acumulação de capital no território goiano** (1985-2010). Cadernos Ceru, São Paulo, série 2, v. 25, n. 2, 29 nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/68493/71029>>. Acesso em: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. Agronegócio, Poder Político e Retórica de Classe. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel; XAVIER, Glauber Lopes; LUZ, Janes Socorro da (Orgs.). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território**. Anápolis: Editora UEG, 2015. p. 13-43.

Artigo recebido em 05-01-2022

Artigo aceito para publicação em 09-12-2022